

O ESTÁGIO NÃO CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO: O QUE DIZEM AS ESTUDANTES?

Adriana Santos do Nascimento¹
Ana Cláudia do Nascimento²
Emília Lins³

RESUMO

O presente artigo é o resultado de uma pesquisa cujo foco foi analisar o estágio não curricular do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco. A pesquisa foi realizada com estudantes da Universidade Federal de Pernambuco. Neste trabalho o objetivo central foi compreender como a prática de estágios não curriculares dos estudantes de pedagogia contribuiu na sua formação. Para tal verificação, como procedimento de coleta foi realizada uma entrevista semiestruturada com as estudantes. Os resultados apontaram que, ao desempenharem as duas atividades, estágio e vivência acadêmica, as estudantes recorrem ao estágio não curricular como uma busca de manutenção financeira que um curso universitário exige, juntando, no caso de um curso licenciatura plena em Pedagogia, a teoria com a prática que a profissão docente exige.

Palavras-chave: Pedagogia, Estágio não curricular, Formação inicial.

1 INTRODUÇÃO

Interessamo-nos em pesquisar o perfil dos estudantes estagiários de pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), com o intuito de conhecermos a prática e vivência desses estudantes estagiários a partir das seguintes inquietações: Quem são os alunos que demandam esse estágio não curricular? Por que eles se interessaram pelo estágio não curricular? Como ficaram sabendo desse estágio? Como é a sua rotina no estágio? O que motivou o interesse por esse estágio? Houve alguma indicação para esse estágio em que atuam? Outra motivação que aguçou o nosso interesse por este tema de pesquisa foram as

¹ Concluinte do curso de Pedagogia 2016- Centro de Educação- UFPE- nascimentodianasanto@hotmail.com

² Concluinte do curso de Pedagogia 2016- Centro de Educação- UFPE- anymel12@gmail.com

³ Prof^a Dr^o do Departamento de Psicologia e Orientação Educacional-Centro de Educação-UFPE- emilialins@gmail.com

nossas próprias experiências de vida enquanto estagiárias remuneradas da Rede Municipal do Recife, ambas ensinando crianças do ensino fundamental I.

Observamos que através dessas experiências de estágio, em uma instituição pública de educação, acumulamos conhecimentos essenciais para o desenvolvimento adequado de nossa prática profissional. A partir disso surgiu a ideia de pesquisarmos sobre o estágio não curricular. Desta maneira, partimos do nosso problema de pesquisa sobre o percurso dos estagiários não curriculares do curso de pedagogia da UFPE: O que dizem os estudantes? No que se refere ao objetivo geral de nossa pesquisa, nossa proposta foi compreender como a prática de estágios não curriculares dos estudantes de pedagogia contribui na sua formação.

Nesse sentido, os objetivos específicos foram conhecer o perfil sociocultural do estudante de pedagogia da UFPE; mapear as atividades que os estagiários desenvolvem no campo de estágio e entender a relação entre a vivência de estágio e a formação inicial docente. Sendo assim, escolhemos a Universidade Federal de Pernambuco para desenvolver esta pesquisa por ofertar grande quantidade de vagas ao curso de pedagogia.

Estudos na área sobre o estágio não curricular por Santos (2008), Silva (2008) evidenciam sua função formadora, nesses estudos enfatizam o estágio não curricular no curso de pedagogia. Mas a nossa pesquisa vai abordar no estudante estagiário e a visão dele. Isso é uma coisa que não encontramos em nenhum estudo que desse a voz ao próprio estudante.

No que diz respeito à busca do referencial teórico em sites bibliográficos especializados como: SCIELO, GOOGLE ACADÊMICO, encontramos em nossas análises, um artigo de Pimenta e Gonçalves (1990), que considera como finalidade do estágio curricular, o de propiciar ao aluno uma aproximação com a realidade na qual esse estudante atuará, os autores trabalham também a questão da docência e suas diferentes concepções, salientando a formação teórico-prática, a partir da experiência de estágio. Então sentimos a necessidade de explorar em nossa pesquisa o estágio não curricular já que em nosso levantamento bibliográfico vimos pouco estudos relacionados a esta temática. Nessa perspectiva procuramos conhecer a rotina das estudantes estagiárias de pedagogia da UFPE.

Em seguida vamos falar brevemente da formação inicial docente, relação entre teoria e prática na formação docente e o estágio no curso de pedagogia da UFPE.

2 FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE

Formação inicial é um processo de preparação a iniciação a docência possibilitando ao professor profundas aprendizagens. Atuar de forma crítica, reflexiva e autônoma proporciona um investimento pessoal na sua carreira profissional construindo a sua própria identidade. Segundo Nóvoa:

A formação não se constrói por acumulação (de cursos, de conhecimentos ou de técnicas), mas sim através de um trabalho de reflexividade crítica sobre as práticas e de (re) construção permanente de uma identidade pessoal. Por isso é tão importante investir a pessoa e dar um estatuto de saber da experiência. (NÓVOA, 1992, p.13).

Essas práticas para serem reconstruídas necessitam do professor cada vez mais uma busca por atualizações em sua área profissional, capacitações para poder acompanhar o avanço das novas tecnologias da informação e para se trabalhar em equipe. Ter iniciativa própria também é uma forma de enriquecer suas práticas, seu currículo e sua própria ação, ou seja, a partir de suas próprias experiências e reflexões. Enquanto estudantes em formação o docente atuando em escola pode vivenciar a sala de aula e ao mesmo tempo experimentar enquanto aluno o que possivelmente enfrentara como professor.

Concomitantemente a estas práticas educativas que requer do indivíduo em formação responsabilidade pessoal e liberdade para darem condições ao docente procurar métodos que colaborem com a propagação de seus valores, teorias e ideias que consolidem os seus saberes. Concordando com Tardif (1991, p. 9-325) “a produção de saberes é a atividade cada vez mais valorizada pela sociedade, enquanto as atividades de formação e educação ocupam um segundo plano”.

Numa outra reflexão Nóvoa (2009, p. 7-11) destaca a importância dos processos de aprendizagem compartilhada e da cultura colaborativa na construção do conhecimento profissional dos professores. Nesse sentido, a escola é um dos principais espaços para unir conhecimentos científicos, práticas, produzir novos saberes, trocar experiências entre alunos e professores, trabalhar coletivamente. Assim, reconstruindo novas práticas educativas para o exercício de suas atividades tornando-se num aprendizado recíproco.

Conhecer a realidade do educando é um caminho a ser percorrido pelo docente em formação durante o exercício de suas práticas pedagógicas, enfrentar a realidade em seu local de trabalho resulta numa aproximação entre o conhecer e o fazer na formação docente. A partir do momento em que o estudante em formação atua no campo escolar ele

terá um melhor desenvolvimento na sua prática. Para Tardif (2002, p.270) o modelo universitário tem formação aplicacionista. O autor questiona a forma das universidades ensinarem aos alunos em formação por anos estudos muito distante da realidade que eles enfrentarão no ambiente escolar. Os questionamentos do autor nos faz refletir a dissociação da teoria com a prática quando por anos o aluno aprendem os conteúdos repassados pelos currículos definidos das instituições acadêmicas distanciando da realidade que eles vão experimentar na prática.

Vivenciar o cotidiano escolar proporcionará ao aluno em formação um contato maior com a realidade escolar e levará a superação dos desafios encontrados por eles durante período de atuação na escola, contribuindo para uma aprendizagem mais significativa como futuros professores.

Tendo em vista a importância do que está sendo discutido, traçaremos um breve histórico do estágio curricular da Universidade Federal de Pernambuco.

2.1 Relação teoria e prática na formação docente

Pesquisas realizadas no grupo de trabalho (Gt08), formação de professores da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), encontramos um estado da arte que fez um mapeamento de trabalhos pesquisados sobre estágios curriculares nos últimos dez anos do período de 2004 a 2013. As autoras Juchem e Zancan (2013) propuseram investigar o que estava sendo mais discutido acerca do estágio curricular supervisionado nas licenciaturas. Foram pesquisados resumos de duzentos e cinquenta (250) trabalhos e as pesquisadoras discutiram sobre a temática do estágio curricular nas licenciaturas.

Compreendemos que elas definem o estágio curricular como um lugar legítimo espaço de formação, portanto esta pesquisa foi importante para nosso trabalho, pois obtivemos uma visão geral dos levantamentos dos estudos sobre o estágio curricular. O trabalho apresentado pelas autoras citadas acima destaca que em apenas seis (6) trabalhos falavam especificamente em relação a estágios e os outros duzentos e quarenta e quatro (244) apenas o citavam no corpo do artigo associado a outros assuntos.

As autoras Juchem e Zancan destacam a importância desse estágio supervisionado nos cursos de formação de licenciaturas estarem presentes nos projetos políticos pedagógicos destes cursos, para que possa contribuir com o processo de ensino e aprendizagem, e o

desenvolvimento acadêmico profissional. As mesmas destacaram em sua pesquisa a identidade do futuro professor pedagogo, essa que se desenvolverá na junção do momento em sala de aula como estudante e o momento em que realiza seu estágio, que ocasiona uma reflexão sobre as práticas desenvolvidas.

Outro ponto relevante apontado por elas situa-se na análise de dados dos trabalhos no compreendido entre 2007 a 2013 referentes ao período das: 27^a a 36^a reuniões do (Gt08) da ANPED. Os trabalhos para serem analisados foram divididos em três categorias: intervenção social, relação teoria e prática e estágio curricular. Abordam a importância da articulação entre teoria e prática presente desde o início do curso, voltamos a destacar que somente 06 trabalhos tratam especificamente do estágio supervisionado, destacando a importância da formação acadêmica. Esses trabalhos enfatizam a ação pedagógica do aluno, a importância do professor supervisor do estágio, o distanciamento da universidade, a escola, o lócus do estágio curricular e as fragilidades na interação entre teoria e prática.

Concordando com a definição trazida pelas autoras da importância do estágio ser fator importante na formação dos professores e a indissociabilidade entre a teoria e prática. Percebemos que durante dez anos nesses fóruns de pesquisadores da educação haver poucos estudos relacionados ao estágio não curricular.

O processo de estágio ao longo do percurso do curso de pedagogia no Brasil passou por várias transformações, antes ele era visto como a parte prática do curso e atribuía-se uma pequena carga horária para desenvolvê-lo, essa jornada de conhecimento de campo de atuação destes profissionais durante muito tempo ficou conhecido como imitação e reprodução de modelos (Pimenta, 2004, p.35). Para a autora essa imitação ocorre a partir de observações de práticas docentes durante o período de estágio, observavam-se as práticas bem sucedidas, dessa forma, os modelos considerados bons eram reproduzidos.

Autores como: Vieira, (2008), Furlan (2005), Miranda (2005) e Ribeiro (2005) enfatizam em seus textos o estágio curricular no curso de pedagogia. Esses artigos trazem uma visão histórica sobre como se dava a formação desses estudantes. Todos os autores destacam que o estágio só *ocorria* para quem queria seguir a carreira docente, pois o curso funcionava no esquema *3+1*, ou seja, o aluno seria bacharel se concluísse três anos de curso e caso tivesse interesse em licenciar deveria em um ano pagar a disciplina de didática geral e didática especial.

Em 1962 o projeto proposto pelo conselheiro Valnir Chagas, extinguiria o esquema *3+1* e o curso de pedagogia passaria a ter quatro anos de duração para o bacharelado e

licenciatura. Então, o último ano era dedicado à prática de ensino que chamamos de estágio, criado através do Parecer/CFE251/62. Após vários debates foi aprovado o parecer / CFE nº 252/69 para ensinar nas séries iniciais, ou seja, o pedagogo precisaria ter estudado algumas disciplinas como, prática de ensino com estágio supervisionado.

Dessa maneira, entende-se que os alunos aprendem observando seus professores; imitando-os e reelaborando o seu próprio modelo imitativo a partir de uma análise crítica separando os exemplos bons e ruins adaptando à sua realidade de vida. Nesse ponto Pimenta (2004, p. 35) faz uma crítica contundente dessa absorção e reelaboração de suas práticas, para ela, os alunos deixam de lado suas experiências pessoais e seus saberes acadêmicos, não tendo a liberdade de desenvolver a sua própria prática.

Deste modo, se propaga o modelo imitativo não levando em consideração que o ensino sempre sofre mudanças. Assim, os alunos não desenvolvem suas práticas, pois eles estão sempre reproduzindo modelos já prontos sem adequá-los às transformações ocorridas no âmbito político sociocultural.

Noutra reflexão apontada por Pimenta e Lima (2004) ressalta que nos cursos de formação a docência, se propagou o modelo de instrumentalização da prática, onde não se acha necessário o conhecimento científico, devido a isso se difundiu a dicotomia entre teoria e prática e esta visão provocou a ilusão de que pode ocorrer uma prática sem teoria.

Nessa concepção o estágio seria a parte prática do curso, dissociado da teoria. Já as habilidades desenvolvidas, por exemplo, o manejo de classe, ou seja, a rotina do professor era voltada para preenchimento de cadernetas e desenvolvimento de materiais pedagógicos para serem utilizados na sua carreira profissional, quando assumissem a sua própria sala de aula. Isto era conhecido como o momento da prática, sem possuir nenhuma reflexão teórica.

Assim, a vivência dos estágios e as oportunidades de articulações entre a teoria e a prática, busca relacionar os componentes teóricos com o que aprendemos na prática, sendo este um momento de formação. A teoria e a prática caminham juntas, não se esquecendo da teoria e avançar logo para a prática ou vice-versa. Por isso, temos clareza em afirmar que o momento do estágio é algo que não se trabalha a prática sem a teoria. Como pontua Pimenta:

A dissociação entre teoria e prática aí presente resulta em um empobrecimento das práticas nas escolas, o que evidencia a necessidade de explicitar porque o estágio é teoria e prática (e não teoria ou prática). (PIMENTA, 2004, p.41).

Nessa perspectiva, a prática torna-se empobrecida nesse ponto porque é necessário investir em uma prática reflexiva, a qual o estágio como fonte de pesquisa é considerado um caminho para que o professor seja um agente de transformação social. Segundo Pimenta e Lima:

Nesse processo, o papel das teorias é iluminar e oferecer instrumentos e esquemas para análise e investigação que permitam questionar as práticas institucionalizadas e as ações dos sujeitos, e ao mesmo tempo, colocar elas próprias em questionamento, uma vez que as teorias são explicações sempre provisórias da realidade. (2004, p.43).

Desta forma, a teoria pode inspirar-se nas práticas, elucidando os problemas ocorridos do cotidiano. Nesse sentido, o estágio é a oportunidade de aprender com a prática tudo que foi debatido, ensinado, teorizado em sala de aula, conviver e deparar-se com profissionais da área é o ápice do nosso crescimento profissional, enquanto estamos na academia (universidade). Trocar experiências com educadores que há muito tempo já atuam no mercado de trabalho é algo valioso. Para Pimenta e Lima: “O estágio é o eixo central na formação de professores, pois é através dele que o profissional conhece os aspectos indispensáveis para a formação da construção da identidade e dos saberes do dia a dia.” (PIMENTA; LIMA, 2004, p. 153).

Portanto, o estágio é a parte formativa na vida profissional do estudante o direcionando a uma aproximação com o campo de atuação. Nesta aproximação com a realidade prática o estudante tem a consciência de que os conhecimentos acadêmicos também são essenciais no desenvolvimento de sua prática. Assim, a construção da sua identidade profissional vai se constituindo em contato diário com as experiências da prática. Segundo (Pimenta, 2004, p.67) ao discutir a construção dessa identidade, a autora afirma a importância da defrontação entre teoria e as práticas, uma análise para a construção de novas teorias. O curso de pedagogia e o estágio, o contato, a troca de experiências, com profissionais e alunos na escola colaboram para a construção da identidade do professor pedagogo.

2.1 O estágio no curso de pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco

Neste momento, nos deparamos com a importância de conhecer o histórico do curso de pedagogia da UFPE, sendo foco a formação dos pedagogos e as reformas que ocorreram desde a sua institucionalização na década de 1970, e é sobre tal assunto, que iremos discorrer a seguir. Analisando o desenvolvimento do estágio curricular, o qual, sabemos que para sua

configuração atual, foram realizados debates dentro do curso, e que através do diálogo entre os profissionais de educação, e dos próprios alunos da Universidade, temos o modelo seguido atualmente.

Em 1997 a partir das exigências da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) n° 9394/96, o estágio curricular passou a ser de 300 horas no final do curso de pedagogia, dando ênfase na relação teoria e prática subsequentemente no ano de 2000. O estágio curricular passou a ser processual no decorrer do curso, passando a ser o eixo estruturador da formação docente.

Com essa distribuição da carga horária do estágio no decorrer do curso houve uma vinculação com a escola básica, levando em conta a formação teórico-prática, próxima à realidade da escola. Os estágios ocorrem na educação infantil, no ensino fundamental I e na educação de jovens e adultos (EJA). Portanto, neste mesmo período novos Pareceres do Conselho Nacional de Educação (CNE) ampliaram a carga horária das práticas de ensino e estágio.

Nesse sentido, no âmbito geral do curso de pedagogia, a docência como base elementar para a formação do pedagogo está preconizada no documento do Projeto Político Pedagógico (PPP) descrito logo abaixo:

Formar o profissional de pedagogia para atuar no ensino, na organização e gestão de sistemas, unidades, projetos educacionais e experiências escolares e não escolares. Visa ainda, a prepara-lo para produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional, tendo a docência como base obrigatória de sua formação e identidade profissional (UFPE, 2007, p. 11).

Diante disso, conforme PPP (2007), que em toda discussão da reformulação apresenta uma preocupação para que o estudante seja preparado para futuramente exercer sua profissão com qualidade e responsabilidade social. Logo abaixo iniciaremos a metodologia.

3 METODOLOGIA

A construção desse artigo partiu da pesquisa de campo, que segundo Gonsalves (2001, p. 67) indica que: “[...] a pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar informação diretamente com a população pesquisada”. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas.

A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa é de natureza descritiva qualitativa, de acordo com Godoy (1995, p. 58) que aponta: “[...] diferentemente da pesquisa quantitativa não há enumeração, não faz medição e nem emprega instrumentos estatísticos do que é estudado”. A pesquisa qualitativa é envolvida pelo ambiente natural, as pessoas, os lugares e a relação ocorrem de acordo com o interesse do estudo que se desenvolve. O nosso campo de pesquisa foi a UFPE localizada na Cidade Universitária, Recife/ PE.

Os participantes desta pesquisa foram estudantes do curso de pedagogia da UFPE, do sétimo período no ano de 2016. Para a coleta de dados utilizamos como recurso metodológico entrevista semiestruturada com gravação de áudio e posteriormente transcrevemos. Por desejarmos uma abertura no diálogo com os sujeitos, fizemos uso de entrevistas semiestruturadas, com captação de áudio e transcrição posterior das falas (DUARTE, 2002, p.147).

Assim, com o intuito de identificar os sujeitos do perfil desejado conseguimos contatar com estes estudantes do 7º período e explicamos a natureza e os objetivos de nossa pesquisa. Após esse contato realizado durante o mês de abril, fizemos as entrevistas com dez estudantes e optamos por desenvolvermos esta pesquisa com estes estudantes por eles já estarem vivenciando estágios não curriculares.

Constam nessa entrevista dezesseis perguntas distribuídas em quatro blocos relacionadas à escolaridade, profissão dos pais, renda familiar, traçando o perfil sociocultural desses sujeitos da pesquisa compondo o primeiro bloco.

No segundo bloco o da inserção ao campo de estágio fizemos um mapeamento para conhecer a instituição de atuação dos estagiários, as informações, inserções, interesses, indicações, as atividades desenvolvidas nesse estágio, as normas de contrato.

No terceiro bloco procuramos saber as rotinas e atribuições do estagiário, se tinha acompanhamento supervisionado e como acontecia esse acompanhamento.

No quarto e último bloco foi o da relação das atividades desenvolvidas no estágio com o que aprendiam na universidade, queríamos saber se o estagiário tinha experiência em espaço escolar ou não escolar, se verificavam componentes pedagógicos nas suas atividades desenvolvidas no seu campo de estágio de atuação.

Na sequência, se deu o processo de análise das transcrições das entrevistas realizadas, que gerou categorizações das falas coletadas, neste momento procuramos compreender os significados atribuídos pelas estagiárias em formação, em relação às questões que apresentamos às mesmas.

Desse modo, os dados gerais permitiram traçar o seguinte perfil dessas dez estudantes estagiárias, todas as entrevistadas participantes dessa investigação são do sexo feminino. Portanto, são esses os dados que apresentamos agora.

Quadro I- Perfil Sócio Cultural: Escolaridade e Profissão dos Pais, Renda Familiar.

| Participantes | Escolaridade do Pai e da Mãe | Contribuição com a renda familiar | Profissão dos Pais |
|----------------------|--|--|--|
| E1 | Pai: Ensino Superior Completo/ Mãe: Ensino Médio Completo | Pai | Pai: Mecânico/ Mãe: do lar |
| E2 | Pai: Ensino Médio Completo/ Mãe: Ensino Superior Completo | Padrasto | Padrasto entregador de jornal/ Mãe: Dona de casa |
| E3 | Pai: Ensino Superior Completo/ Mãe: Cursando o Superior | O esposo e a estagiária | Pai: Aux. Administrativo/ Mãe: Dona de casa |
| E4 | Pai e Mãe: Ensino Superior Completo | Mãe e o Padrasto | Pai: Agente penitenciário/ Mãe: Professora |
| E5 | Pai: Ensino Médio Completo/ Mãe: Ensino Médio Completo | Mãe e a estagiária | Pai: Lanterneiro/ Mãe: Autônoma |
| E6 | Pai: Ensino Fundamental Completo/ Mãe: Ensino Fundamental Completo | Irmã | Pai: Vigilante/ Mãe: Doméstica |
| E7 | Pai: Ensino Médio Completo/ Mãe: Ensino Médio Completo | Pai | Mãe: Costureira/ Pai: Autônomo |
| E8 | Pai: Ensino Médio Completo/ Mãe: Ensino Médio Completo | Pai | Pai: Mecânico aposentado/ Mãe: Dona de casa |
| E9 | Pai e Mãe: Ensino Fundamental Incompleto | Pai e Mãe | Pai: Ambulante/ Mãe: Costureira |
| E10 | Pai e Mãe: Ensino Fundamental Incompleto | Mãe e a estagiária | Pai: Serralheiro/ Mãe: Pensionista |

Fonte: As autoras, mediante pesquisa de campo.

Através desses dados representados no quadro acima, reafirmamos o estudo desenvolvido por Santos e Silva (2008) ao que se referem à profissão dos pais, os dados

encontrados em nossa pesquisa confirmam que os pais de estudantes do curso de pedagogia, possuem profissões de menos prestígio social, enquanto a escolha ao ensino superior se constitui das estudantes serem a primeira geração da família a cursar o ensino superior, como descrito pelas autoras acima citadas. Em comparação as pesquisas de Santos e Silva (2008), Ferreira e Silva (20015) e Nogueira (2004) os resultados apresentados não diferem dos demonstrados em nossa pesquisa. Aproximando-se os dados quando são referentes à escolaridade, contribuição de renda e a profissão dos pais.

Em seguida mostraremos, abaixo, o quadro relativo ao bloco de inserção no campo de estágio.

Quadro 2- Inserção no Campo de Estágio: Local de atuação, Inserção no estágio, Motivações.

| Participantes | Locais de atuação | Conhecimentos de vagas de estágio | Inserção no estágio | Motivações |
|----------------------|--------------------------|--|----------------------------|-----------------------------------|
| E1 | Creche Municipal | Vizinha | Currículo | Questão financeira/experiência |
| E2 | Escola Pública | Mãe | Currículo | Questão financeira |
| E3 | Clínica | Agência de estágio | Agência de estágio | Proximidade da sua casa e da UFPE |
| E4 | Secretaria de Justiça | Amiga | CIEE | Experiência |
| E5 | Escola Pública | Amiga | IEL | Questão financeira/experiência |
| E6 | Creche Municipal | Rede social (Facebook) | Currículo | Questão financeira |
| E7 | Escola Pública | Diretora da escola | Currículo | Experiência |
| E8 | Creche Municipal | Site da Prefeitura de Camaragibe | Currículo | Questão financeira/Experiência |
| E9 | Escola Pública | Sites do CIEE e IEL | Entrevista e prova | Questão financeira/experiência |
| E10 | Empresa | Amiga | Currículo e entrevista | Questão financeira/experiência |

Fonte: As autoras, mediante pesquisa de campo.

Diante disso, percebemos a ausência da universidade acerca de informações sobre as

oportunidades de estágios não curriculares, pois as entrevistadas souberam através de outras pessoas e meios de comunicação. A princípio percebemos que a universidade não dava a devida importância ao estágio não curricular, porque anteriormente como consta na resolução nº 04/85CCEPE o estágio não curricular não era aproveitado para fins acadêmicos.

Após trinta anos com a revogação dessa resolução a universidade trás um novo olhar para o estágio não obrigatório através da criação da nova resolução nº 20/2015 conforme o segundo parágrafo §. A carga horária de estágios não obrigatórios poderá ser registrada no histórico escolar do estudante como atividade complementar, de acordo com os limites definidos no projeto pedagógico do curso. Mesmo assim ainda é pouco considerada a importância formativa e econômica do estágio não curricular.

Observamos o perfil sociocultural das estagiárias e percebemos que auxiliam no direcionamento para a ocupação desses estágios, vemos isso na fala de E2 quando afirma: “[...] O estágio para mim não era uma opção era a única forma de me manter na universidade com passagens, alimentação e xerox, então a minha maior motivação foi à necessidade [...]”. No depoimento de E9 verificamos isso: “Quando surge um extra, contribuo com a renda familiar.” Notamos o motivo financeiro e a permanência na universidade ser a principal causa para elas procurarem essa oportunidade de estágio. Pois, a procura por esse tipo de estágio remunerado é uma alternativa para custear as despesas diárias na universidade como a compra de materiais didáticos, livros, xerox e alimentação. Também esse dinheiro recebido no estágio contribui com a renda familiar das estudantes e por trabalharem de quatro a seis horas por dia elas conseguem conciliar a vida acadêmica com o trabalho.

Os dados da pesquisa de Ferreira e Silva (2015) corroboram com os resultados apresentados em sua pesquisa que dos cento sessenta e sete pesquisados (167) do curso de pedagogia no ano de 2015, setenta e nove (79) desempenham atividades remuneradas relacionadas à educação e essas atividades são direcionadas a estágios não obrigatórios em escolas municipais, creches e aulas particulares. Esses dados auxiliam a entender como os estagiários conciliam as atividades da graduação e seus respectivos trabalhos.

Quando caracterizamos os campos profissionais dos pais das entrevistadas notamos que são posições de menos prestígio, exigindo menos escolarização. Estudos na área por Saraiva e Ferenc (2010) apontam sobre a escolha do curso superior pelos estudantes de licenciatura e pedagogia confirma que às profissões exercidas pelos seus pais são consideradas de baixa qualificação.

Rotinas x Atribuições

Nesse sentido, no terceiro bloco intitulado de rotinas e atribuições no estágio E1, E6 e E8 desempenham as mesmas atividades, ou seja, auxiliar professores nas atividades pedagógicas e na higienização das crianças. E2, E3, E5, E9 e E7 exercem função de acompanhante de crianças com necessidades especiais. Contudo E2, E5, E7 e E9 trabalham em escolas enquanto E3 trabalha em uma clínica. E10 faz palestras em escolas e planejamentos para uma empresa, entretanto as palestras falam do meio ambiente e materiais recicláveis. E4 é a única das estagiárias a desempenhar atividades de cunho jurídico.

Quando questionadas se suas atividades estão de acordo com a norma do seu contrato E1, E2, E3, E8, E9 confirmaram que suas atividades estão de acordo com seu contrato. Enquanto E5, E6, E7 e E10 descreveram as atividades que exercem não está de acordo com as normas de seu contrato porque existe desvio de funções. E4 afirmou não lembrar as normas do seu contrato.

Quanto ao acompanhamento supervisionado das dez entrevistadas, seis informaram não ter nenhum acompanhamento foram elas: E1, E5, E6, E7, E8, E10. As quatro restantes afirmaram ter acompanhamento supervisionado são elas: E2, E3, E4, E9. E10 foi à única estagiária a nos contar que no início do seu estágio tinha acompanhamento e hoje não tem mais.

Referente à falta de supervisão descrita pelas seis estagiárias acima, à Lei 11.788 que rege o funcionamento do estágio informa que o educando em formação precisa ter um acompanhamento supervisionado. Cabe à instituição de ensino encaminhar esses estudantes aos campos de estágios de acordo com a formação do estudante. De acordo com o inciso III do nono parágrafo da Lei 11.788 informa que a instituição concedente do estágio disponibilizara um funcionário com formação na área atuante para supervisionar e orientar esses estagiários. Entretanto identificamos em nossa pesquisa que apenas seis das entrevistadas não possuem esse acompanhamento previsto por lei. Também identificamos a omissão da universidade com o estágio não curricular, pois grande parte da responsabilidade fica a cargo dos agentes de integração como o Centro de Integração Empresa e Escola (CIEE) e Instituto Euvaldo Lodi (IEL).

A função da universidade resume verificar se o aluno irá atuar no campo de acordo com sua formação e se ele estar devidamente matriculado. Após estes trâmites é feito um documento firmado pela empresa e o estagiário com participação da UFPE para formalizar as

condições para a concretização do estágio dentro do campo de formação.

Das dez estagiárias pesquisadas, seis omitiram ao CIEE, IEL e a universidade que existem desvio de funções em suas atividades e falta de supervisão por medo de perder o contrato de estágio. Enquanto as quatro estagiárias (E2, E3, E4, E9) informaram ter acompanhamento supervisionado, E2 nos contou quando tem formação no seu estágio ela participa de rodas de conversas expondo os problemas do cotidiano escolar sendo mediada por profissionais da área da educação inclusiva.

E3 e E9 também relataram participar de formações semelhantes a E2 com profissionais especialistas como, por exemplo, pedagogos, psicólogos, fonoaudiólogos. E9 nos relatou em sua formação ter recebido a visita do funcionário da Secretaria de Educação para ensina-la a manusear os materiais didáticos para serem utilizados com crianças especiais. E4 trabalha em área jurídica e seu acompanhamento é feito através de revisão dos relatórios pelo chefe do seu departamento, ela é a única do grupo que suas atividades se distanciam do curso de pedagogia.

Em relação às atribuições, identificamos neste bloco que a estagiária da educação infantil, em sua rotina, normalmente, é a mesma durante a semana, e E1 descreveu: “[...] É de cuidar dos meninos mesmo [...], dar banho, comida, ficar cuidando no parque para que eles não se machuquem [...]”. Percebemos que as suas atribuições estão bem mecanizadas ao realizar essas atividades citadas anteriormente sobre o cuidar. O educar e o cuidar caminham juntos na educação infantil, não tendo somente uma visão assistencialista. Sobre a importância do cuidar o documento Referencial Curricular Nacional para a Educação infantil (RCNEI) diz:

O cuidado precisa considerar, principalmente, as necessidades das crianças, que quando observadas, ouvidas e respeitadas, podem dar pistas importantes sobre a qualidade do que estão recebendo. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção da saúde. Para se atingir os objetivos dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas, é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre desenvolvimento biológico, emocional, e intelectual das crianças, levando em conta diferentes realidades sócio- culturais (BRASIL, 1998, p. 25).

Na fala de E6 a rotina é diária de segunda a sexta. Quando perguntada sobre suas atribuições a mesma responde realizar atividades como cuidar das crianças auxiliando os professores também nas suas atividades pedagógicas “[...] Ajudo na contação da história, nas atividades com jogos, na alimentação e na recreação”. As atividades realizadas por E6 são bem semelhantes a E8, pois são auxiliares de professora. E8 diz: “As atividades que

desenvolvimento são: contação de história, à hora do lanche, atividades com movimentos, pintura, higiene das crianças”.

As atividades estão dentro do modelo de educação infantil e o acompanhamento do professor nessas atividades é de suma importância no processo de formação desses estagiários, já que a Lei nº 11.788, referente ao estágio, § 1º afirma que: “[...] o estágio como ato educativo escolar supervisionado deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art.7º desta Lei e por menção de aprovação final”.

É importante para o estagiário o envolvimento com os professores enquanto estão no campo de estágio para melhor aprimoramento da sua prática e para uma construção de sua própria prática, já que o estagiário ainda está em contato com os conhecimentos acadêmicos.

As quatro estudantes, estagiárias acompanhantes de alunos autistas, na educação especial como E2 nos relata: “[...] auxilia uma criança autista, auxílio na adaptação das atividades para ter um sentido para criança”. As suas atribuições são desenvolver atividades e inserir esta criança nessas atividades que são propostas em sala de aula. E5 também exerce a mesma função relativa à rotina e as suas atribuições são semelhantes a E2, ou seja, de auxiliar uma criança autista. E5 diz: “Eu apoio uma criança com necessidade especial e ele é autista e tem hiperatividade e aí eu auxílio ele no sentido das atividades propostas”. Sobre as atribuições a estagiária recebe a criança na entrada e tenta a inserir nas atividades de sala de aula, quando a criança está muito nervosa a encaminha para a sala multifuncional.

A entrevistada E7 quando perguntada sobre sua rotina e atribuições foi bem exaustiva em sua fala informando que em seu contrato era apenas para auxiliar o aluno com necessidade especial no seu desenvolvimento físico, motor e intelectual, mas o aluno com deficiência é tratado como se fosse seu aluno, nos contando:

[...] Bom sendo que tem uma diferença do proposto com o que de fato acontece. O proposto é que eu auxilie a criança, mas a professora da turma que é a professora dele é que vai mediar, porém não é o que sempre acontece, então acabei sendo a professora dele [...].

Sendo assim, é preocupante a fala de E7 porque segundo a legislação o estagiário tem que ter acompanhamento efetivo do professor tanto da instituição de ensino quanto da parte concedente. A estagiária está em processo de formação e está sobrecarregada sem nenhum acompanhamento, descumprindo a Lei. Já E9 é acompanhante de uma criança especial, entretanto possui uma rotina diferente, pois possui material para trabalhar, tem formação e

acompanhamento pelo professor da sala. Em sua fala ela descreve ocorrer uma inclusão do aluno no qual ela está no estágio apenas para auxiliá-lo.

Já E7 é responsável por auxiliar o aluno com necessidade especial nas funções pedagógicas, no cuidado físico. Contudo não tem nenhum acompanhamento tendo que assumir o lugar da professora da sala encarregando-se da sua responsabilidade. As estagiárias E7 e E9 tem a mesma função determinada em seu contrato, porém as suas atribuições estão ocorrendo de forma diferente.

Relação nas atividades x Componente curricular

Questionamos no quarto bloco se as entrevistadas ao exercerem suas atividades em seus campos de estágios conseguiam relacionar suas atividades com o que aprendiam na Universidade. Se as disciplinas cursadas, os teóricos estudados por elas contribuíam em sua formação inicial.

Sendo assim, as que acharam que conseguiam ver relação do componente curricular com as suas atividades desenvolvidas no seu estágio com a universidade foram elas: E1, E3, E8, E9 e E10. Em seus depoimentos E1 e E8 reconhecem a disciplina de educação infantil relevante para concretização de suas atividades. E1 relata: “Sim, estudava um pouco sobre a importância do cuidar e da rotina na disciplina de educação infantil dão um suporte na parte dos componentes curriculares”. E8 afirma: [...] “Consigo ver aplicado as minhas atividades a disciplina de educação infantil [...]”. Enquanto E3 relata: a disciplina de educação inclusiva a direcionava a exercer suas atividades com as crianças com necessidades especiais. E9 diz: “Em alguns momentos, disciplinas obrigatórias como, por exemplo, inclusão me ajudou”. E10 relata: “A disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica (PPP1) me ajudou em minhas atividades, conhecer e a trabalhar em espaço não formal”.

Desse modo, as entrevistadas E2, E4, E5, E6 e E7 não conseguem ver relação com o que vivenciam na sua formação inicial e suas atividades desenvolvidas no estágio. E2 fala: “Estudei a disciplina de inclusão, mas de forma bem rasa”. E4 afirma: “A universidade é algo bem restrito e na prática eu aprendo e ganho mais conhecimento”. E5 nos aponta uma fala importante: “[...] Entre teoria e prática há uma grande distinção [...]”. E6 destaca “[...] O que aprendeu na universidade é muito pouco [...]”. E7 comenta: “Até agora só pagamos uma disciplina de inclusão”.

No entanto, percebemos das dez estagiárias cinco delas (E2, E4, E5, E6 e E7) tem a

visão aplicacionista, pois, essa visão tem se a prática como aplicação da teoria sem nenhuma ressignificação. Ou seja, uma visão do estágio como aplicação da teoria, pois quando não consegue aplicar em suas atividades os conhecimentos teóricos não vê relação alguma. Nesse caso elas não percebem relação entre teoria e prática porque têm uma visão dissociada entre teoria e prática, para elas o momento do estágio é prático e sua formação inicial é só a teoria.

As estagiárias têm o entendimento que os conhecimentos adquiridos na universidade precisam ser postos em prática no seu campo de atuação, porém elas não compreendem que os conhecimentos teóricos precisam ser refletidos antes de serem vivenciados na prática.

Segundo Tardif:

[...] No modelo aplicacionista, o conhecer e o fazer são dissociados e tratados separadamente em unidades de formação distintas e separadas. Além disso, o fazer está subordinado temporal e logicamente ao conhecer, pois ensina-se aos alunos dos cursos de formação de professores que para fazer bem feito, eles devem conhecer bem e em seguida aplicar seu conhecimento ao fazer. (TARDIF, 2008, P. 271).

O autor destaca que para compreender o contexto social em que os alunos estão inseridos é necessária uma reflexão. Nesse ponto, também é feita uma crítica aos cursos de formação inicial para professores que tenham essa visão.

Para Pimenta e Lima (2004) o estágio é teoria e prática. Então, nessa visão a teoria complementa a prática. Segundo Pimenta:

Conforme esse paradigma, a educação ou não requer nenhuma investigação da prática porque já dispõe de proposições normativas e técnicas suficientes para conduzir a prática ou precisa apenas traduzir, na prática, de modo técnico- artesanal, os conhecimentos que tem do ensino –aprendizagem (no caso da educação escolar). Assim, a prática de ensino reduz-se à aplicação dos conhecimentos adquiridos nas aulas, nos livros e na observação dos comportamentos dos outros professores, sobre como dar aula. (Pimenta, 1997, p, 99).

Por sua vez, as estagiárias da área da educação inclusiva não conseguem ressignificar o leque de aprendizados que as outras disciplinas poderiam proporcionar ao enriquecimento dos seus conhecimentos acadêmicos podendo esclarecer muitas dúvidas tornando sua prática questionadora quando fosse necessária. Embora as estagiárias E2, E4, E5, E6 e E7 trabalhem com crianças com necessidades especiais todas elas reconhecem ter estudado no quinto período a disciplina de educação inclusiva, mesmo assim relata o conteúdo ser insuficiente para ser colocado em prática. Vemos explicitamente esse depoimento na fala de E2:

[...] Na verdade... A gente teve uma cadeira de inclusão, acho que no quinto período. Tive contato com algumas deficiências, bem raso. O que tive de aprender eu aprendi por conta própria ou por pesquisa, ou o pessoal lá (estágio) deu assistência pra gente. Mas aqui na faculdade em relação ao trabalho que eu faço não. [...]

Desse modo, compreendemos as dificuldades alegadas por estas estagiárias do campo da educação inclusiva, contudo percebemos a falta de informação por parte de algumas delas em relação às diversas disciplinas e eletivas ofertadas pela universidade para esta área como, por exemplo, áudio-descrição para o ensino de estudantes com deficiência visual, aspectos pedagógicos da inclusão de pessoas com deficiência intelectual e motora, o braille, o transtorno do espectro do autismo- TEA: processos de ensino aprendizagem, estas disciplinas podem ser encontradas facilmente no perfil curricular do curso de pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco. Certamente são fundamentais para aprimorar seus conhecimentos e ter um bom desempenho de suas atividades nos seus respectivos estágios.

Concordando com Tardif: “Aprender com os professores de profissão como é o ensino, como é o ensinar, é o desafio a ser aprendido/ensinado no decorrer dos cursos de formação e no estágio”. Segundo Pimenta (*apud* TARDIF, 2002).

Na fala de E5 ela destaca:

Aonde era pra (sic) gente ta (sic) no estágio aprendendo acaba que a gente tem que ser como se fosse digamos assim: uma cuidadora daquele aluno ou como se fosse a própria professora daquele aluno. Nesse sentido, a gente vê (sic) uma grande distinção entre teoria e prática.

Concluimos que este grupo de estagiárias que trabalha com crianças com necessidades especiais enxergam suas atividades desenvolvidas no estágio como aplicação da teoria.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de todo material levantado através de nossa entrevista, chegamos à conclusão que a nossa contribuição reside na reflexão em torno do estágio não curricular principalmente para a universidade atentar para ele como campo formativo. Mesmo com documentos legais como a nova Resolução n ° 20/2015 do CNE o estágio não curricular poderá ser registrado no histórico escolar do estudante como atividade complementar mesmo assim é um assunto a ser revisto já que é uma realidade presente no curso de pedagogia da UFPE ter estudantes estagiários como trabalhadores.

Mostramos a Lei 11.788 que rege o estágio e identificamos pela fala das

entrevistadas que ocorrem alguns descumprimentos na vivência desses estágios como, por exemplo, a falta de um acompanhamento da universidade e supervisorado deixando muitas vezes essas alunas sem apoio.

Ao realizarmos esta pesquisa mesmo com um número pequeno de entrevistadas em suas respostas cinco delas expressaram sentir dificuldades em por em prática os conteúdos abordados em sala de aula para serem utilizados em seus estágios. Em seus depoimentos percebemos que a universidade ensina muita teoria se distanciando da realidade vivenciada por elas. De um modo geral entendemos que as estagiárias da área da educação inclusiva possuem uma visão do estágio como aplicação da teoria, os conteúdos estudados em sala de aula, para elas, tem que ser aplicados na prática.

As outras cinco estagiárias entrevistadas que conseguiram ver relação ao componente curricular estudado na universidade com o que fazem na prática, afirmaram que as disciplinas de educação infantil, língua portuguesa, pesquisa e prática pedagógica (PPPI) ajudaram a refletirem sobre algumas situações que ocorrem com elas no dia a dia. Elas não dissociaram a prática da teoria ressignificando os conhecimentos que aprenderam na universidade tornando a sua prática refletida buscando sempre relacionar os conhecimentos teóricos com a vivência no estágio.

Para futuras pesquisas faz-se necessário enfatizar no próprio estudante escutando suas sugestões e críticas assim creditando um novo olhar para possíveis melhorias no curso de pedagogia da referida instituição pesquisada. Percebemos que as estagiárias por apresentar um perfil sociocultural de baixa remuneração é algo que as impulsionam a recorrer ao estágio não curricular para concluir o ensino superior, de certa forma esta alternativa colabora para agregar conhecimentos no seu currículo. Em suma, esta pesquisa nos proporcionou uma aproximação maior com estudantes dando-nos a oportunidade de escutar sua própria realidade.

Para reforçar a importância dos estágios não curriculares, diante da atual composição curricular do curso de pedagogia da UFPE, sabemos que estes estágios ainda não são incorporados como atividades complementares, mas fica a reflexão, para que numa nova reforma do curso essa resolução tenha mais destaque e que possa entrar na pauta de debates e posteriormente possa fazer oficialmente parte do projeto pedagógico do curso.

Esperamos que a Universidade Federal de Pernambuco, os agentes integradores (CIEE, IEL) e as instituições de ensino que trabalham com esse tipo de estágio dê uma maior atenção, uma vez que em nossas entrevistas notamos que as estagiárias se sentem

desassistidas tanto por parte da universidade como pela instituição que exerce seu estágio.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em Educação. **Educação no Brasil: O balanço de uma década.** Disponível em:

<<http://33reuniao.anped.org.br/internas/ver/apresentacao>>. Acesso em: 18. maio.2016.

ALMEIDA, *et. al.* Estágio: um diálogo entre teoria e prática. **Crátilo: Revistas de Estudos linguísticos e Literários.** Patos de Minas, UNIPAM, n.2.p. 32-40, nov.2009. Disponível em: http://cratilo.unipam.edu.br/documents/32405/39719/Estagio_dialogo_entr_Teoria_e_Pratic_a.pdf > Acesso em: 15. nov. 2015.

BRASIL. **Lei do estágio.** Nº 11.788, de 25 de Setembro de 2008. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato_2007-2010/2008/lei/111788.htm>. Acesso em: 20. maio 2016.

BRASIL. (1996). Lei nº 9394/96. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

_____. **Lei do estágio.** Resolução nº 0485. Disponível em:

<https://www.ufpe.br/ufpenova/images/conselhos_superiores/ensino_pesquisa_extensao/1985/res%2004%201985%20cpepe%20estgios%20no-curriculares.pdf> resolução 04.85.Ementa que trata dos estágios não – curriculares>. Acesso em: 20. maio 2016.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental.

Referencial curricular nacional para a educação infantil. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em:

<portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf>. Acesso em: 22. maio 2016

CONSELHO Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006. **Resolução CNE/CP nº 1/2006.** Diário oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006, Seção 1, p.11. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2015.

CONSELHO Coordenador de ensino, Pesquisa e extensão. **Resolução nº 20/2015.** Ementa: Disciplina o estágio nos cursos de Graduação da UFPE. Disponível em:

<https://www.ufpe.br/proacad/images/apoio_academico/estagio/Legislacao/res.%2020.2015.pdf>. Acesso em: 05. maio.2016

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, Campinas, n. 115, p. 139-154, mar. 2002.

EDUCAÇÃO no Brasil: O balanço de uma década. O balanço de uma década. 17 a 20 de outubro de 2010. Caxambu/MG. **Anais...** 33 Reunião Anual da ANPED. Disponível em: <<http://33reuniao.anped.org.br/internas/ver/apresentacao>> Acesso em: 05.maio. 2016.

ESTADO da arte formação inicial. **Estado da arte formação de professores no Brasil**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a15v2068.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

FERREIRA, Maria Daniela; SILVA, Maria Emília Lins. Condições objetivas e investimentos acadêmicos dos estudantes do Ensino Superior. **Educ. Soc.**, Campinas, v.36, n. 130, p.101-115, jan./mar.2015.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não**. São Paulo: Olho da Água, 1997.

FURLAN, Cacilda Mendes Andrade. **UEL HISTÓRIA DO CURSO DE PEDAGOGIA NO BRASIL: 1939-2005**. Disponível em: <http://www.pucpr.edu.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/164_885.pdf>. Acesso em: 18. maio. 2016.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. In: **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.35, n.2, p. 57-63, abr. 1995.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. 2. ed. Campinas: Alínea, 2001. PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. GHEDIN, Evandro (org.). **Professor reflexivo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. GONÇALVES, C.L. **Reverendo o ensino de 2º grau, propondo a formação do professor**. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. **O estágio na formação dos professores: unidade teoria e prática?** 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. Garrido; LIBÂNEO, José Carlos. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. **Educação & sociedade**, a. XX, n. 68, dez.1999. Disponível em: <[scielo.br/pdf/es/v20n68/a13v2068.pdf](http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a13v2068.pdf)>. Acesso em: 05 abr. 2016.

NOGUEIRA, Claudio Marques Martins. **Dilemas na análise Sociológica de um momento**

crucial das trajetórias escolares: processo de escolha do curso superior. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAEC-69WRGU>>. Acesso em: 17. abr. 2004.

NÓVOA, António. **Formação de Professores e Profissão Docente.** Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf FORMAÇÃO DE PROFESSORES E PROFISSÃO DOCENTE>. Acesso em: 05. maio 2016.

NÓVOA, Antonio. **Professores: Imagens do futuro presente.** Lisboa: Educa. 2009.p.7-11.

PROJETO pedagógico do curso de licenciatura em Pedagogia do Centro de Educação/UFPE. Recife, 2007. [s.l.]: [s.n.], [20--?].

SANTOS, Márcia da Conceição de Paula; SILVA, Pedro Rodrigo da. **O estágio curricular não obrigatório na formação docente:** práticas de ensino de estudantes de pedagogia na regência em salas de aula. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), 2008. Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Educação. Curso de Pedagogia. Disponível em: <ufpe.br/ce/index.php?option=com_content&view=article&id=369&Itemid=301>. Acesso em: 10 jan. 2016.

RIBEIRO, Mônica Luiz de Lima; MIRANDA, Maria Irene. **Diretrizes Curriculares para o curso de pedagogia:** análise história e política. Disponível em: <www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/EC13.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2015.

UNIVERSIDADE Federal de Minas Gerais (UFMG). **Dilemas na análise sociológica de um momento crucial das trajetórias escolares:** o processo de escolha do curso superior. Disponível em: <www.Bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/FAECC-69WRGU>. Acesso em: 18 maio 2016.

UNIVERSIDADE Federal de Pernambuco. **Sistema SIGA.** Disponível em: <<https://siga.ufpe.br/ufpe/index.jsp>>. Acesso em: 18. maio. 2016.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional.** 9. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2008. VIEIRA, Suzane da Rocha. A trajetória do curso de Pedagogia- de 1939 a 2006. **Anais...** 1 Simpósio Nacional de Educação, 2008, Cascavel: UNIOESTE. Disponível em: <[www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/4/Artigo% 2013. Pdf.](http://www.unioeste.br/cursos/cascavel/pedagogia/eventos/2008/4/Artigo%2013.Pdf)>. Acesso em: 13. nov. 2015.

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude; LAHAYE, Louise. Os professores face ao saber: esboço de uma problemática do saber docente. **Teoria & Educação**, n.4, Porto Alegre: Pannonica Ed, 1991.

ZANCAN, Silvana; JUCHEM, Luiza de Salles. **Estágio curricular supervisionado**: o que vem sendo abordado nos últimos dez anos nas reuniões da ANPED. Florianópolis. Disponível em: <[http:// www.anped.org.br](http://www.anped.org.br)>. Acesso em: 06. jan. 2016.